

Opinião

A inconveniente complexidade

Não é fácil lutar com factos e experiência histórica porque, do ponto de vista da guerra de informação, explicar é justificar, compreender é perdoar, contextualizar é relativizar.



Boaventura de Sousa Santos

20 de Abril de 2022, 23:10

<https://www.publico.pt/2022/04/20/opiniao/opiniao/inconveniente-complexidade-2002887>

No eixo comunicacional do Atlântico Norte vivemos uma guerra de informação sem precedentes. Conheci-a nos EUA durante dois períodos. No primeiro, durante a guerra do Vietname que vivi no seu momento de crise final (1969-1971); culminaria com a publicação dos *Pentagon Papers* em 1971. O segundo momento foi a guerra do Iraque, a partir de 2003, e a saga das armas de destruição massiva, um embuste político de que viriam a resultar muitos crimes de guerra. Mas na Europa nunca tinha assistido a este tipo de guerra de informação, pelo menos com a magnitude actual. Caracteriza-se pela erosão quase total entre factos e manipulação das emoções e percepções, entre hipóteses ou conjecturas e verdades inatacáveis.

No caso concreto da guerra da Ucrânia, a manipulação visa impedir a opinião pública e os decisores políticos de pensarem e decidirem sem excessivo stress na única medida que agora se impõe: a busca de uma paz duradoura na Ucrânia e na região de modo a pôr fim ao sofrimento do povo ucraniano, um povo que nestes dias partilha a trágica sorte dos povos palestino, iemenita, sírio, sarauí e afegão, ainda que sobre estes últimos pese o mais profundo silêncio. A guerra da informação tem por objectivo continuar a guerra das armas enquanto tal convier a quem a promove. Nestas condições, não é fácil lutar com factos e experiência histórica porque, do ponto de vista da guerra de informação, explicar é justificar, compreender é perdoar, contextualizar é relativizar. Mesmo assim, tentemos.



1. Causas

Para demonizar o inimigo é crucial desumanizá-lo, ou seja, imaginá-lo como tendo agido criminosamente e sem provocações. Ora a firme e incondicional condenação da ilegal invasão da Ucrânia (em que insisti desde a minha primeira crónica sobre o tema) [não implica ter de ignorar como se chegou a tal](#). Neste caso, aconselho a leitura do livro publicado em 2019, *War with Russia?*, do professor emérito da Universidade de Princeton Stephen Cohen, recentemente falecido.

Depois de analisar com incedível detalhe as relações entre os EUA e a Rússia desde o fim da União Soviética e, no caso da Ucrânia, sobretudo desde 2013, Stephen Cohen conclui deste modo: “*Proxy wars* [guerras em que os adversários usam países terceiros para prosseguir os seus objectivos de confrontação bélica] são uma característica da velha Guerra Fria, são pequenas guerras no chamado ‘Terceiro Mundo’...Raramente envolveram militares soviéticos ou americanos, quase sempre apenas dinheiro e armas. Hoje as *proxy wars* entre os EUA e a Rússia são diferentes, estão localizados no centro da geopolítica, são acompanhadas de demasiados instrutores americanos e russos e possivelmente combatentes. Duas já irromperam: na Geórgia em 2008, onde forças russas enfrentaram o exército da Geórgia financiado e treinado com fundos e pessoal americano; e na Síria, onde já foram mortos muitos russos por forças anti-Assad apoiadas pelos EUA. Moscovo não retaliou, mas prometeu fazê-lo quando houvesse ‘uma próxima vez’. Se tal acontecer, envolverá uma guerra entre a Rússia e a América. O risco de um tal conflito directo continua a crescer na Ucrânia”. Assim se previu em 2019 a guerra que neste momento martiriza o povo ucraniano.



Bashar al-Assad e Vladimir Putin, em Sochi, em 2017, com o ministro da Defesa russo e o chefe de Estado-maior das forças russas que ajudaram o Presidente sírio a manter-se no poder Sputnik/Reuters

2. Democracias e autocracias

Na linguagem dos EUA o mundo divide-se em dois: democracias (nós) e autocracias (eles). Ainda há poucos anos a divisão era entre democracias e ditaduras. A autocracia é um termo muito mais vago que, por isso, pode ser usado para considerar autocrata um governo democrático tido por hostil, mesmo que a hostilidade não derive das características do regime. Por exemplo, na [Cimeira da Democracia realizada em Dezembro de 2021, por iniciativa do Presidente Biden](#), não foram convidados países

como a [Argentina](#) e a [Bolívia](#), que tinham passado recentemente por vibrantes processos democráticos, mas são menos receptivos aos interesses económicos e geoestratégicos dos EUA.

Em contrapartida, foram convidados três países que a Casa Branca reconheceu serem democracias problemáticas (o termo usado foi *flawed democracies*), com corrupção endémica e com abusos dos direitos humanos, mas com interesse estratégico para os EUA: as Filipinas, por contrariar a influência da China; o Paquistão, pela sua relevância na luta contra o terrorismo; e a Ucrânia, pela sua resistência à incursão da Rússia. Compreendiam-se as reservas no caso da Ucrânia, pois poucos meses antes os *Pandora Papers* davam detalhes sobre as empresas *offshore* do Presidente Zelenskii, da sua mulher e dos seus associados.

Agora, a Ucrânia representa a luta da democracia contra a autocracia da Rússia (que, a nível interno, deve estar a par da Ucrânia em termos de corrupção e de abusos de direitos humanos). O conceito de democracia perde, assim, boa parte do seu conteúdo político e transforma-se numa arma de arremesso para promover mudanças de governo que favoreçam os interesses globais dos EUA.

3. Ameaças

Segundo peritos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em 2020, 40% das forças militares da Ucrânia (um total de 102.000 membros) eram milícias paramilitares de extrema-direita, armadas, financiadas e treinadas pelos EUA, Inglaterra, Canada, França e Suíça, com integrantes de 19 nacionalidades. Desde que a guerra começou, mais elementos se lhes juntaram, alguns vindo do Médio-Oriente, e mais armas receberam de todos os países da NATO. A Europa está assim em risco de ter no seu seio um nazi-jihadismo nutrido, e nada nos garante que o seu raio de acção se limite à Ucrânia.

Em 1998, o antigo conselheiro de segurança do Presidente Carter, Zbigniew Brzezinski, afirmava em entrevista ao *Nouvel Observateur*: “Em 1979, aumentámos a probabilidade de a URSS invadir o Afeganistão... e criar a oportunidade de lhes dar o seu Vietname”. Não me surpreenderia se este *playbook* da CIA não estivesse agora a ser aplicado na Ucrânia. As recentes declarações do secretário-geral da NATO, segundo as quais “a guerra na Ucrânia pode durar meses ou até anos” – combinadas com a notícia da Reuters (12 de Abril) de que o Pentágono ia reunir com os oito maiores produtores de armas dos EUA para discutir a capacidade da indústria para satisfazer as necessidades da Ucrânia “se a guerra com a Rússia durar anos” – deviam ter causado alarme entre os líderes políticos europeus, mas aparentemente apenas os motivaram para uma corrida aos armamentos.

As consequências de um segundo Vietname russo seriam fatais para a Ucrânia e para a Europa. A Rússia (que é parte da Europa) só será uma ameaça para a Europa se a Europa se transformar numa imensa base militar dos EUA. A expansão da NATO é, pois, a verdadeira ameaça para a Europa, como há vinte anos alertou o insuspeito Henry Kissinger”.

4. Critérios duplos

A UE, transformada numa caixa de ressonância das escolhas estratégicas dos EUA, defende como lídima expressão dos valores universais (europeus, mas nem por isso menos universalizáveis) o direito da Ucrânia de integrar a NATO, enquanto os EUA intensificam a integração (veja-se o *US-Ukraine Strategic Defense Partnership*, assinado em 31 de Agosto de 2021), ao mesmo tempo negando que ela esteja iminente. Certamente os líderes europeus não sabem que o direito reconhecido à Ucrânia de aderir a um pacto militar é negado a outros países pelos EUA e, se soubessem, isso não faria qualquer diferença, tal é o estado de torpor militarista em que se encontram. Por exemplo, as pequenas Ilhas Salomão do Oceano Pacífico aprovaram em 2021 um projecto de pacto de segurança com a China. Os EUA reagiram de imediato e com alarme a esse projecto e enviaram altos responsáveis de segurança para a região a fim de travar a “intensificação da competição de segurança no Pacífico”.

5. A verdade vem tarde demais

A guerra de informação assenta sempre numa mistura de verdades selectivas, meias verdades e mentiras puras e duras (as chamadas *false flags*) organizada de modo a justificar a acção militar de quem a promove. Estou certo de que neste momento está em curso uma guerra de informação tanto do lado russo como do lado norte-americano/ucraniano, ainda que, devido à censura que nos foi imposta, saibamos menos sobre o que se passa no lado russo. Mais tarde ou mais cedo a verdade virá ao de cima. A tragédia é que virá sempre demasiado tarde.

Neste conturbado início de século temos uma vantagem: o mundo perdeu a inocência. Julian Assange, por exemplo, está a pagar um altíssimo preço por nos ter ajudado neste processo. Aos que ainda não desistiram de pensar com alguma autonomia recomendo a leitura do capítulo da Hannah Arendt, intitulado *Mentir em Política*, no livro *Crises of the Republic*, publicado em 1971. É uma reflexão brilhante sobre os *Pentagon Papers*, uma recolha exaustiva dos dados (entre eles, muitos crimes de guerra e muitas mentiras) sobre a guerra do Vietname, uma recolha realizada por iniciativa de um dos maiores responsáveis dessa guerra, Robert McNamara.

6. A pergunta que ninguém faz

Quando os conflitos armados são em África ou no Médio Oriente, os líderes europeus são os primeiros a pedir o cessar das hostilidades e a urgência das negociações de paz. Por que é quando a guerra é na Europa os tambores da guerra tocam incessantemente e nenhum líder apela a que se calem e a voz da paz se ouça?

Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
e Coordenador do Observatório Permanente da Justiça